

Nova relação entre Educação, Economia e Sociedade - *Revista Contemporaneidade e Educação* Ano IV, nº 6- 2º semestre de 1999, p. 120-132

Nova relação entre Educação, Economia e Sociedade

Vanilda Paiva¹

Resumo: Este artigo aborda as importantes mudanças ocorridas na relação entre qualificação, status e renda como consequência das características da transformação produtiva e organizacional das últimas décadas, que reduz drasticamente o emprego, em conexão com a abundância de qualificação provocada pela revolução educacional dos últimos 50 anos. A precedência da formação geral é assinalada não apenas em função de demandas da estrutura produtiva, mas da necessidade de um crescente número de pessoas de encontrar formas alternativas de inserção no mundo do trabalho, à margem do mercado formal de emprego.

Palavras-Chave: qualificação, emprego, transformação produtiva, revolução educacional

1. Descolamento tendencial entre qualificação, *status* e renda

Se o debate sobre as relações entre inovação tecnológica e qualificação da força de trabalho atravessou praticamente todo o século XX, o industrialismo desenvolvimentista do início da sua segunda metade – aliado aos efeitos do movimento de 1968 sobre a discussão das funções do sistema educacional e ao desdobramento da economia da educação – deu à questão um novo impulso que, como era de se esperar, se estendeu desigualmente entre os países. A idéia de que a educação é um elemento fundamental para explicar o crescimento econômico e o avanço da industrialização, um dos componentes fundamentais do chamado “terceiro fator”, circula intensamente desde a difusão da economia da educação nos anos 50 e do choque do Sputnik – que forçou os países ocidentais a pensarem nas vantagens de certo planejamento de seus sistemas educacionais. A construção do muro de Berlin esteve intimamente ligada a considerações

¹ Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Coordenou o Projeto do qual este volume da Revista é um dos produtos. Professora da UFRJ e bolsista do CNPq.

industrialistas e desenvolvimentistas, muito bem expressas no livro de Franz Jánosy e em suas previsões de que a Alemanha Ocidental estaria encerrando um período de crescimento por ter sido colocado um tampão na torneira de onde jorravam homens e mulheres já educados para servir a este processo (Jánosy, 1966). Estes deveriam ser mantidos na área socialista para contribuir no país que neles investiu. Nos países do então Terceiro Mundo esta discussão se reproduziu ao longo dos extertores da substituição de exportações e do *brain drain*. Se Jánosy entendeu mal os limites da acumulação acelerada do pós-guerra, colocando excessiva ênfase sobre o impacto da qualificação da força de trabalho, ele não cometeu este erro sozinho – esta visão fez parte do clima da época, em especial na Europa Central, e se difundiu praticamente por todo o mundo; deixados de lado especialmente entre a segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, seus supostos básicos retornaram com força à discussão na última década.

Desde a intensificação do debate sobre a reestruturação industrial estamos frente à retomada de muitas das idéias que dominaram o cenário da economia da educação e das reflexões sobre a relação entre educação e desenvolvimento em períodos pretéritos. Seria possível dizer que, pelo menos até os anos 80 nos países desenvolvidos, a discussão se centrava na adequação da força de trabalho à reestruturação da indústria, tanto do ponto de vista da tecnologia quanto da organização do trabalho. Mas as condições objetivas sobre as quais ela se desdobra hoje confrontam os pesquisadores e *policy markers* com uma nova realidade do mercado de trabalho, crescentemente excludente e segmentado, das políticas sociais estatais (incluindo-se aí a educação) e do deslocamento do foco econômico-social para atividades fora do setor industrial. Tal retomada, impulsionada pelo Banco Mundial desde Jomtien, ainda se deu dentro dos parâmetros tradicionais, mas estes têm sido progressivamente abandonados na medida em que as formas tradicionais de calcular o impacto econômico da educação deixaram de funcionar.

As transformações que vêm marcando os últimos anos indicam, pois, que algumas convicções precisaram ser deixadas pelo caminho – embora esta não seja ainda uma consciência generalizada. Entre elas, devem ser destacadas:

1. a que diz respeito a uma relação sempre positiva entre escolaridade, renda e *status* que caracterizou o período de acumulação fordista, pois novos *mixes* combinam hoje elevada escolaridade/sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e *status* declinante. Se a correlação positiva foi reanimada nas últimas décadas, tomando-se como paradigma o crescimento dos tigres asiáticos, a realidade mundial mostra hoje mais claramente que ela sempre dependeu de movimentos da economia e que, cada vez mais, está – como muitos outros setores – entregue à violência da moeda. Isto, porém, não destrói a tese mais ampla da importância da educação da população para assegurar o crescimento econômico, dadas as demais condições necessárias. Ao passar para a realidade concreta, porém, observa-se que – se a correlação positiva se mantém no que concerne a baixos níveis de escolaridade – as mudanças na configuração do mercado de trabalho foram provocando não apenas um profundo reordenamento social das profissões, mas destruindo as relações tradicionais entre escolaridade, renda e *status*, repetindo nos países periféricos fenômeno que já se observava há décadas nos países centrais e introduzindo elementos novos (como os resultantes da destruição de postos de trabalho qualificados em decorrência não só da tecnologia, mas da retração da proteção social). Bastaria dar aqui o exemplo de profissões clássicas como as de professor e de médico nos países periféricos.

2. a que negava a tese da polarização. Embora se eleve a qualificação média da população e a sofisticação da formação venha se difundindo, estamos diante de renovadas formas de polarização que se dão, em especial, no interior do mercado formal de trabalho, mas que não se restringem a ele. A polarização como tendência no interior do mercado formal havia sido identificada e amplamente discutida na pesquisa sobre Qualificação e Produção, encomendada ao grupo de Göttingen ainda nos anos 60. Mais recentemente, nos anos 80, Kern e Schumann

defenderam a idéia de que a polarização perpassa a questão da inclusão/exclusão do mercado de trabalho. Hoje, porém – frente aos elevados níveis de exclusão e de escolaridade – a polarização não está necessariamente ligada apenas ao binômio inclusão/exclusão do mercado formal de emprego, mas também se mostra fora dele, mesmo que se possa constatar que suas formas mais extremas ocorrem no segmento que logrou inserir-se formalmente.

É verdade que existe uma marcada tendência nesta década a opor a “tese da polarização das qualificações” formulada ainda nos anos 60/70 pelo grupo de Göttingen a um “modelo de competência”, que ressalta a importância das qualificações tácitas e de virtudes e conhecimentos característicos de um período pós-taylorista e associado à crise da noção de postos de trabalho (Hirata, 1992). Este impreciso modelo apresenta, na verdade muitas das características que aparecem como exigências do mundo pós-fordista, sem que – no entanto – possamos afirmar que ele exclua a polarização das qualificações num espaço de inserção formal sempre mais estreito e elitista. No entanto, exatamente porque o mesmo quadro produtivo empurra para a busca de alternativas heterodoxas se considerada a tradicional divisão e formalização dos setores econômicos, aquelas qualidades ganham realce em conexão com as mais variadas atividades. Que dizer, então, das recentes tendências apontadas por Kern e Schumann (1998) que, ao reintroduzir o modelo taylorista-fordista em função da pressão por curto prazo do capital mundializado, preferem o trinômio “baixos salários/baixa qualificação/concorrência de preços”? Neste caso, a polarização não teria lugar apenas nos segmentos formais e informais da economia, mas também mostraria seu componente geográfico, ao colocar o peso deste trinômio na periferia, onde a informalização tradicional sempre demandou competências várias, tácitas ou não, e qualificação real sem que assegurasse ou demandasse níveis elevados de educação, nem formação geral e abstrata.

A realidade das últimas décadas foi minando também convicções de outra procedência no plano das idéias e das práticas políticas – como aquela que, gerada no bojo do pacto social-democrata europeu, ao supor pleno emprego tendencial, dava por estabelecido que o mercado industrial se deixava cunhar pela

qualificação disponível. Ela vem saindo combatida do confronto com as marcas deixadas pelo avanço da *lean production* – mesmo que se tenha presente hoje que os limites da produção enxuta estão razoavelmente demarcados e que as críticas de seus efeitos sociais, que têm se intensificado, tenha conduzido a uma mais clara valorização política da ampliação da qualificação média da população e especialmente a elevação da qualificação de setores até o momento pouco atendidos. Em tal quadro, novas estratégias de acumulação tendem a levar menos em conta a qualificação da força de trabalho de forma direta, seja nos países centrais seja nas áreas periféricas, e isto não se deve somente ao enxugamento, mas a outros motivos, entre os quais:

- abundância de qualificação gerada mundialmente pela grande revolução educacional experimentada nesta segunda metade do século e que segue seu curso (Meyer, Kamens e Benavot, 1992), não apenas porque detém uma dinâmica própria, mas porque atende a exigências e funções sociais que transcendem a vida econômica;
- decrescente importância da indústria como fonte de emprego e atividade humana, fato que permite às grandes firmas que utilizam tecnologia de ponta acionar mecanismos de recrutamento e seleção sem maiores considerações por sua localização física.

Seria, no entanto, uma ingenuidade acreditar que a disponibilidade de qualificação tornou-se irrelevante para a geração de riqueza ou que a exclusão do mercado conduza à desqualificação, como acreditaram alguns nos anos 80. O empresariado demanda hoje formação básica ampla num patamar elevado a partir do qual ele possa escolher seus eleitos. No entanto, nenhuma atividade econômica pode ser mais diretamente influenciada pela formação disponível do que aquela desenvolvida através de serviços pessoais ou da pequena produção independente² e de outras formas de inserção alternativa no mundo do trabalho.

De qualquer modo, seguindo ainda a tradição da Sociologia do Trabalho de pensar a qualificação a partir dos requerimentos da indústria reestruturada, deve-

² Está sugerido desde 1989 no já citado texto “Produção e qualificação” (Paiva, V.) que a pequena produção independente pode e talvez deva se tornar um pólo dinâmico da economia, na medida em que se esgotem os empregos nos setores tradicionais.

se reconhecer que tem sido intensa a tematização da questão por este prisma nos últimos anos. A discussão que ainda domina o panorama nesta área diz respeito à tendencial ultrapassagem do taylorismo e do fordismo no plano industrial muito mais do que aos requerimentos de qualificação nos serviços, em outras atividades e nas alternativas ao desemprego estrutural. O debate ainda parte da pergunta sobre que formação atende a demandas da indústria, mesmo assistindo-se a um tendencial desmantelamento das bases da taylorização do trabalho. Em um país como o Brasil, pesquisas empíricas demonstram que — encontrando-se além (pela enorme importância da informalidade e pela velocidade da transplantação de idéias e políticas que ampliam o desemprego) e aquém (pelas dimensões do parque industrial e pelo nível de sua reestruturação) das exigências com que se deparam os países centrais — a qualificação técnica e específica demandada dos trabalhadores industriais é pouco significativa. Ignora-se, por outro lado, em que medida e com que rapidez o país avançará na introdução da automação e de novas técnicas de organização, até o momento restritas a setores determinados. Isto tem levado a crer que a importância atribuída à qualificação da força de trabalho industrial é muito mais um fenômeno ligado à oferta do que à demanda (Salm, 1996:38). No entanto, é preciso assinalar a tendência na “ponta” (as qualificações demandadas pela indústria reestruturada e por outros setores importantes da vida econômica nos nossos dias), até porque a oferta de qualificação cada vez mais elevada é um fenômeno mundial de importância crescente ligado não apenas às condições de produção de bens e serviços, mas à difusão política das oportunidades de educação e a demandas provenientes das características do consumo e de outros fenômenos que marcam o mundo contemporâneo.

A abundância de qualificação e informação, por um lado, e o refluxo dos ideais de equidade e proteção, por outro, tem contribuído para que a educação geral seja vista nos países centrais (e, como idéia, difundida para os países periféricos) como investimento necessário à reestruturação produtiva e como recurso estratégico num mundo complexo (Nardi, 1995:22). Mas, diante da evidência do descentramento da atividade industrial, de fenômenos que

deslocaram da indústria de massa para a pequena produção sofisticada e personalizada a fonte de lucro suplementar, que vem provocando deslocamento das atividades da força de trabalho, o debate sobre a qualificação tornou-se — basicamente e em contraste com aquele que dominou quase todo o século — um debate para além da indústria. É para além dela que se coloca hoje a discussão, num contexto mais amplo de alteração da diferenciação do emprego e do *status* que se vincula a situações combinadas de desqualificação, elevação da qualificação e retreinamento em competências múltiplas e mais amplas que o nível historicamente conhecido (Casey, 1995). Se o conceito de atividade (Gorz, 1988) substitui o de trabalho num certo tipo de literatura europeia continental, o de ocupação tende a tomar aquele lugar no mundo anglo-saxão e a ele se liga tanto a idéia de desespecialização quanto a de ampliação dos serviços pessoais de todo tipo, exigindo qualificação mais elevada mas oferecendo remuneração decrescente.

Esta discussão não pode hoje deixar de lado nem o que ocorre fora da área industrial nem abdicar do conceito de racionalização sistêmica como instrumento de análise. Surgido do estudo do terciário, ele foi cunhado por intelectuais envolvidos na Sociologia do Trabalho a partir de preocupações educacionais que marcaram o movimento de 1968 (Paiva, 1996). No entanto, nasce também da natureza do seu objeto (os serviços), embora seja adequado para analisar o tipo de racionalidade contemporânea apoiada sobre a microeletrônica de modo geral. Os escritórios podem mostrar com mais clareza o caráter da racionalização sistêmica porque neles se concentram e se processam informações, tornando possível planejar o conjunto e racionalizar de cima para baixo. A transparência dos processos pode ser aí muito mais cristalina e, na verdade, ela — a administração informatizada — tomou o lugar do chão da fábrica (onde a maquinária ditava os padrões de atuação e qualificação) no que concerne à racionalização. Em outras palavras, a racionalidade sistêmica parte de uma visão de conjunto possibilitada pelo computador e não da própria inovação específica e pontual ou dos novos padrões gerenciais e organizacionais. Ela escolhe entre eles, se aplica como razão sistêmica ao mundo das inovações — atingindo potencialmente toda a

atividade produtiva e uma boa parte das demais atividades. Neste sentido, o conceito nasce fora da indústria e acaba por abranger esferas que de muito transcendem a vida econômica em sentido estrito, adquirindo grande relevância para pensar a questão da qualificação. Importa pouco, nesta identificação de tendências, que restem bolsões fordistas ou mesmo tayloristas nesta ou em qualquer parte do mundo — até porque não existe homogeneização possível senão aquela que estava em nossas cabeças, cuja inexorabilidade supostamente resultava das leis do capitalismo — e até mesmo que se possa regredir, em certa medida, a formas tayloristas-fordistas de organização da produção em função da concorrência com a mundialização do capital, como querem Kern e Schumann. Trata-se de identificar o rumo dominante da racionalização dos nossos dias. Mais importante que considerar resquícios do fordismo parece ser, em nossos dias, analisar também o regresso a padrões pré-fordistas ou pré-meritocráticos de seleção da força de trabalho em condições de ampla disponibilidade de qualificação num mercado cuja crescente excludência induz à busca de formas alternativas de inserção no mundo do trabalho.

Na verdade, embora o debate ainda esteja centrado sobre a indústria, a elevação da qualificação geral e específica e em muitos casos até mesmo dos rendimentos, vem ocorrendo na área dos “serviços pessoais”. Mas esta nova realidade se estabeleceu ao mesmo tempo que o novo desemprego estrutural, sendo — portanto — contemporânea da discussão, lançada no início dos anos 80, sobre os “novos pobres”. Tais movimentos indicam a tendência à busca de alternativas qualificadas que combinam atividades formais e informais através das quais aqueles que escaparam ou foram expelidos do mercado formal de emprego, lançam mão de conhecimentos os mais diversos (com origem na socialização familiar, na escola ou em treinamentos e reprofissionalizações de natureza vária) para oferecer bens e serviços de maneira autônoma e por conta própria. Se o “excluído” pouco qualificado tem como primeira opção o comércio informal (que também exige conhecimentos e virtudes específicas), o espectro de opções se amplia entre os que possuem qualificação elevada.

2. Ampliação da qualificação e intensificação do trabalho: a precedência da formação geral

O binômio exclusão/desqualificação sucumbe à hiperconcorrência que atravessa o mercado e vai além dele. A elevação no nível médio de informação e de qualificação formal vem provocando crescente desmitologização do trabalho intelectual e profissional, ao mesmo tempo em que se observa uma intensificação do trabalho e da insegurança dentro e fora do mercado. Por isso, não é certo, como pretende Nardi (1995:64) que a “população jovem trabalhará mais inteligentemente do que intensamente”: jovens e velhos estão submetidos a uma lógica que demanda trabalho inteligente e intenso. O próprio computador obriga a maior velocidade, à compactação do tempo e das atividades, à concentração de informações e responsabilidades, a novas formas de trabalhar e à aceitação da invasão do espaço privado pelo trabalho. Por outro lado, ao tornar as atividades mais transparentes, ele também enfraquece a posição dos empregados e reforça o controle não apenas em relação ao resultado do trabalho, mas ao transcorrer do mesmo, reduzindo a chance de oposição à intensificação do trabalho. A qualificação não logra contrarrestar esta tendência e o resultado de tal visibilidade dos processos num mundo em que a competição se acirrou termina por ser, como o ressaltam Baethge e Oberbeck (1986), o paroxismo da moral da performance individual e do cálculo de uso individual, que passam a permear as atividades dentro e fora do mercado formal de trabalho.

Do ponto de vista das indicações relativas às características da qualificação requerida pela produção de bens e serviços reestruturados, e ainda pela busca de inserção alternativa ou pelas novas características do consumo, elas têm sido amplamente discutidas. Num plano mais geral, ela aponta para a qualidade da educação, a todos os níveis, ou seja, para a efetividade dos conhecimentos transmitidos, deslocando o eixo da discussão educacional da democratização quantitativa das oportunidades para a eficiência do sistema, em especial nos níveis iniciais, anteriores à profissionalização, nos quais ocorre a aquisição de habilidades instrumentais e conhecimentos básicos efetivos que passaram a ser requeridos

como condição de adaptação à nova realidade social e do trabalho para toda a população e não apenas para a parcela considerada economicamente ativa nos padrões tradicionais. A demanda por qualificação formal, por diplomas, cede lugar à qualificação real passível de ser demonstrada na prática profissional e na vida diária, dentro de um quadro de elevação tendencial da qualificação média (habilidades, conhecimentos e informações) impulsionada pelas demandas da produção, do consumo e de mudanças introduzidas na organização do quotidiano.

No lugar privilegiado que a qualificação intelectual ocupa nos dias de hoje, as virtudes intelectuais esperadas são uma elevada capacidade de abstração, de concentração e de exatidão – e elas não dependem apenas de uma educação geral, mas estão também ligadas a aspectos psicológicos da formação. Enfatiza-se a importância do pensamento conceptual abstrato como fundamento da ampliação das possibilidades de percepção e de raciocínio, de manipulação mental de modelos, de compreensão de tendências e de processos globais e da aquisição de competências a longo prazo. Elas supõem uma educação de natureza geral apoiada sobre sólida qualificação básica: trata-se de formar para o bem pensar uma massa crescente de informações de todo tipo e para o bem falar em múltiplas linguagens. A capacidade de comunicação verbal e visual tornou-se tão central quanto a possibilidade de captar rapidamente as conexões entre conhecimento, configuração de situações interativas e processos mercadológicos – o que supõe um novo tipo de formação intelectual que facilita a percepção do contexto no qual hoje o conhecimento se aplica. Espera-se da qualificação intelectual de natureza geral e abstrata que ela seja a base para os conhecimentos específicos, mas que também constitua a principal fonte de competência que se prova na interação e em atividades concretas crescentemente complexas. Sobre tal âncora será, talvez, possível difundir a polivalência e novas habilidades cognitivas necessárias à reintegração de tarefas em novo patamar.

O desenvolvimento do pensamento abstrato é que pode assegurar um raciocínio voltado para dimensões estratégicas, organizadoras e planejadoras da sociedade e da produção. A formação geral é a base sobre a qual conhecimentos diferenciados serão apropriados e utilizados – os que possibilitam a compreensão

do processo de produção, a utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, o manejo da linguagem de forma adequada à situação, a capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, o armazenamento, atualização e capacidade analítica para interpretação de informações, a apreciação de tendências, limites e significado dos dados estatísticos, a capacidade de preencher múltiplos papéis na produção e rápida adaptação a novas gerações de ferramentas e maquinárias (Paiva, 1995). Trata-se de formar um tipo de profissional cuja posição estará oscilando entre um “subordinado autônomo” e um “independente associado”, posto que se rompeu o fosso que separava a vida do produtor independente e a do assalariado (Paysan e Hatty, 1995:67-75).

Na mesma direção, Nardi (1995) indica como necessidades contemporâneas um saber orientado para o futuro, a adaptação dos conhecimentos à realidade, capacidade de colher da realidade imediata sinais para modificar os conhecimentos anteriores. Ressalta ainda a necessidade de conciliar um processo formativo orientado para a reflexão e a criatividade e o trabalho com forte conteúdo informativo e ainda as dificuldades de adaptar-se e de aprender das gerações mais velhas. A formação que já não fica tão colada nem se acaba com o diploma, reconhecendo-se não só o papel dos meios de comunicação de massa, mas valorizando-se a multiplicidade de percursos formativos na qual se possa forjar uma cultura profissional ao mesmo tempo sólida e flexível, apoiada em ampla base cognitiva teórica e específica.

Já Baethgue e Oberbeck chamam a atenção para as mudanças nos *habitus* e nos estilos de comportamento cotidiano no trabalho nos serviços, mudança que não se consegue perceber tão facilmente. A interação com o computador demanda um estilo de trabalho caracterizado por um *mix* de velocidade de reação, capacidade de abstração e de concentração e exatidão. Por isso coloca-se cada vez mais ênfase na formação inicial, na socialização primária capaz de garantir virtudes pessoais e disposições socio-motivacionais que se combinam com qualificações formalmente adquiridas; enquanto a formação inicial deverá ter caráter geral, a formação específica precisará ser cíclica com um *approach*

multidisciplinar. É preciso não somente aceitar a obsolescência dos conhecimentos específicos, especialmente forte em áreas determinadas (como no caso da informática) obrigando a um esforço contínuo de atualização, mas entender a lógica dos novos tempos. Estes contemplam também um retorno a padrões antigos e atividades tradicionais (como no caso das professoras que apelam para virtudes e conhecimentos domésticos como fonte de renda), ampliando a esfera de sobreposição de camadas na busca por contrarrestar o desemprego e as restrições impostas aos “novos pobres”.

A idéia de que novos conhecimentos deverão ser adquiridos durante toda a vida profissional acompanha a constatação de que junto com o fordismo também vão se esvaindo as biografias profissionais lineares e ascendentes. Prevê-se hoje sucessivas mudanças de profissão ao longo da vida, alternância entre o mercado formal e atividades alternativas bem como entre períodos de trabalho e de estudo, como condição para a conversão a outras atividades via estratégias de reprofissionalização. Diz Nardi que hoje “estuda-se em um campo para trabalhar em outro” e que, por isso, “especialização não é o caminho que a escola deve percorrer” (Idem:23 e 61). Tais mudanças se dão também em detrimento do conhecimento adquirido pela experiência acumulada e presente, em especial, nas gerações mais velhas.

Tais redefinições acompanham não apenas níveis inéditos de desemprego qualificado, descompasso entre a qualificação efetivamente necessária ao desempenho profissional e o *status* social e nível salarial do emprego, desvalorização dos níveis de formação e dos diplomas frente à disponibilidade de uma super-qualificação formal. Observa-se “um desajuste entre a necessidade objetiva, o valor socialmente reconhecido a uma atividade e a dificuldade encontrada por quem a exerce” (Perret e Roustang, 1993). O menor peso atribuído à experiência – resultado da necessidade de adaptação constante – ultrapassou os níveis em que se mostra justificada e reflete-se em feroz luta pela substituição de gerações, na qual os jovens são mais qualificados que a geração precedente e não logram avaliar os malefícios da perda da experiência acumulada. A tal fenômeno soma-se a dissolução dos critérios meritocráticos que,

no período fordista, haviam imposto certa despersonalização das decisões e reduzido os níveis de arbitrariedade na apreciação do valor do trabalho e no julgamento das pessoas. Esta sociedade não teria inventado ainda “procedimentos e convenções para qualificar o trabalho de forma tão estruturada quanto tinham sido colocadas em prática no quadro da organização industrial do trabalho”.

3. Qualificação e Inserção alternativa no mundo do trabalho

A crise do assalariamento que acompanha a nova onda de racionalização certamente não apresenta qualquer homogeneidade inter ou intra países ou regiões, mas os fenômenos que se iniciam na “ponta” tendem a espalhar-se pelo conjunto e chegam até nós hoje de maneira rápida e com marcada semelhança com os países centrais. Tal crise levou igualmente à contestação do conceito de qualificação, na medida em que este esteve colado à escolarização e sua correspondência no trabalho assalariado, no qual o *status* social e profissional estava inscrito nos salários e no respeito simbólico atribuído pela sociedade a carreiras de longa duração. Tanguy (1994), por exemplo, insiste em que a noção de qualificação tende a ser substituída pela de competência – o que corresponderia ao que temos designado como “qualificação real”, não somente do ponto de vista técnico mas do ponto de vista socio-motivacional e atitudinal. No entanto, esta é uma discussão que ainda está sendo travada, vendo-se atravessada por diferentes conceitos de qualificação e de competência e por algum nominalismo (Zarifian, 1998).

As novas condições de inserção no mundo do trabalho dos que estão buscando emprego pela primeira vez, de reinserção dos que foram expelidos do mercado em função de dificuldades de adaptação e não lograram reingressar ou dos que optaram por abdicar do trabalho formalizado os colocam frente a uma nova maneira de enfocar e de vivenciar fenômenos sociais diversos. Os sofrimentos ligados a dificuldades de conquistar (ou à perda de) *status* socio-profissional, as profundas mudanças na vida diária, os riscos associados ao

desemprego e ao sub-emprego são conhecidos. Por isso mesmo, as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais. São atributos que transcendem as possibilidades do sistema educacional.

As dificuldades de hoje são encaradas como algo mais coletivo e geral, o que reduz o estigma do fracasso e pode empurrar para a busca de soluções. Valoriza-se a capacidade de vencer as dificuldades através de iniciativas pessoais e de atividades alternativas, o que implica em esforço redobrado. Nesta busca as atividades se fragmentam e diversificam, com perdas evidentes e, ao mesmo teoricamente, com ganhos possíveis em liberdade para a organização do tempo e para a vida pessoal, além de maior possibilidade de escolha, sempre que as mudanças sejam vividas sem grandes traumas psicológicos. Na competição intensificada os segmentos profissionais mais preparados, intelectual e pessoalmente são mais capazes de sair ganhando financeiramente ou em outros aspectos da vida. E na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação.

Na medida em que parcela substantiva das ocupações escapem aos ditames "sistêmico-organizacionais" das firmas e à lógica estrita e direta da maquinária industrial, parece haver maior espaço para que a qualificação real molde as formas sociais de inserção. Do mesmo modo, para o bem ou para o mal, o nível de qualificação e de conhecimentos da população tenderá a influir na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que vamos assistir. Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com a flexibilidade suficiente para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas "idades" de tecnologia, com a

possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face a suas inúmeras conseqüências na vida social e pessoal.

Se a concorrência capitalista apela para o conceito de “destruição criadora” para explicar sua função e trajetória, deve-se hoje assinalar que este é um período em que se pode falar de destruição em massa de qualificação e conhecimentos, em especial daqueles derivados da experiência. Tal fenômeno deve ser visto com dupla face: de um lado, as transformações impõem a necessidade de maior qualificação real básica acrescida de conhecimentos profissionais e competências sociais; de outro, ao acionar uma nova racionalidade, elas se fazem acompanhar de uma reavaliação negativa da experiência acumulada e correspondente detenção de conhecimentos que não são facilmente disponíveis nem facilmente repostos, reavaliação que não fica restrita aos segmentos mais modernos, mas se espalha para o seu conjunto e se reforça via enxugamento das firmas e do Estado.

O conceito de “destruição criadora”, no entanto, se pode ser pensado teoricamente em relação a conhecimentos e a forma de apreendê-los e utilizá-los, certamente não pode encontrar guarida numa reflexão política mais responsável sobre a formação da população e sua inserção social em geral e no mundo do trabalho em particular. Não existe “criação” a partir da miséria psíquica dos atingidos. É preciso algum nível de previsão sobre os efeitos da nova realidade do trabalho para que a qualificação acumulada — que não se recobra em dias, mas somente em anos ou em décadas — não se tome impedimento a rearranjos necessários da força de trabalho e nem se descarte como inútil a insubstituível sabedoria que provém da experiência social e profissional das gerações intermediárias. Nem a racionalidade avança por todos os poros sociais ao mesmo tempo, nem seus efeitos emanam para além da ideologia produzida na “ponta” em muitas áreas de atividade de sociedades complexas e heterogêneas. O mundo ainda gira em tomo de seus restos integrados em numerosos *mixes*.

Com isso quer-se ressaltar sofrimentos, angústias e incertezas trazidos pelos novos tempos aos que trabalham e que vêem a experiência acumulada esvaziar-se de valor e o trabalho de muitos anos desperdiçar-se no emaranhado da desregulação e da modernização a qualquer custo – seja ela real, seja ela uma

absorção parcial de formas modernas sem correspondente na estrutura produtiva. Neste turbilhão a população vê-se instada, por razões efetivas ou em consequência da difusão de uma ideologia de adaptação preventiva, a enfrentar a instabilidade e novas formas cíclicas de pobreza na gangorra social e profissional. Nesta transição, a aposentadoria aparece como uma bênção para alguns que nela vêem um mínimo de segurança, que lhes abre novas possibilidades de inserção ou a realização do desejo de retirar-se das agruras da vida profissional, conscientes não só do privilégio frente a gerações que hoje vivem a pendular vitória do capital contra o trabalho mas também as ameaças políticas ao *Welfare* conquistado — que retiram da velhice ou da meia idade a tranqüilidade de que gozaram quando o ciclo de vida ainda se mostrava regulado. Neste quadro, a socialização feminina e as virtudes domésticas surgem como instrumento de geração de renda, do mesmo modo que o conhecimento do mundo da informática foi se transformando numa fonte de inserção alternativa no mundo do trabalho.

Pode-se dizer que estamos diante de maiores e diferentes exigências educacionais e que as clássicas funções dos sistemas de educação estão em questão. Ao invés de se enfatizar o papel das chances educacionais como elemento de redução das desigualdades sociais e como fator capaz de propiciar mobilidade horizontal e vertical, tende-se hoje a reconhecer que é cada vez mais difícil quebrar a desigualdade cumulativa ao longo da biografia individual. Se se reconhece que a educação se tornou um programa para toda a vida, também se conclui que os problemas clássicos do que se considerava como uma educação permanente (reabilitação, requalificação, re-socialização, compensação de *déficits*) já não constituem o cerne da questão. Ao mesmo tempo em que se constata que as instituições educacionais de todo tipo vem perdendo suas funções como instâncias legitimadoras e normativas na regulação dos transcurso de vida, observa-se que uma crescente polarização das chances de educação e de integração no mercado de trabalho. Estes fenômenos ocorrem ao mesmo tempo em que a competição educacional por toda a vida transformou-se no cotidiano de imensos grupos da população (Weymann e Weymann, 1993:13). Isto significa que, se os processos educacionais ainda desempenham um papel essencial para

mudanças e passagens menos traumáticas e para a identificação de novos lugares sociais, conhecimentos tradicionais não escolares precisam ser acionados para tornar mais suave a entrada no mundo do trabalho na juventude, a reorientação na meia idade e a geração de alternativas na terceira idade, num mundo que mescla imensas possibilidades com enormes restrições à felicidade humana.